

A formação curricular em arquivamento eletrônico: proposta para o Espaço Europeu de Educação Superior (EEES)

María-Manuela Moro-Cabero
Kevin-Francisco León Gavilánez

Como citar: MORO-CABERO, María-Manuela; GAVILÁNEZ, Kevin-Francisco León. A formação curricular em arquivamento eletrônico: proposta para o Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). *In:* JORENTE, Maria José Vicentini; PADRÓN, Dunia Llanes; NASCIMENTO, Natália Marinho do; SOUZA, Gabriela de Oliveira (org.). **Contextos Paradigmáticos da Ciência da Informação e as transformações em suas práticas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 57-86. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-650-3.p57-86>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO CURRICULAR EM ARQUIVAMENTO ELETRÔNICO: PROPOSTA PARA O ESPAÇO EUROPEU DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (EEES)

María-Manuela MORO-CABERO
Kevin-Francisco León GAVILÁNEZ

Entender antes de actuar resulta vital, pero en-tender sin actuar en con-secuencia será un suicidio (Floridi, 2020).

1. A DANÇA DA MUDANÇA NO ARQUIVO E NO ARQUIVISTA DO SÉCULO XXI

No final do século XX, a comunidade estadunidense de arquivistas tomou consciência da necessidade de abordar a profissão diante dos “novos” ambientes de trabalho eletrônico (ETE). Isso implicou refletir sobre escritórios sem papel, documentos digitalizados, a gestão eletrônica de diversas atividades de gestão documental, bem como o arquivo patrimonial digital para facilitar o acesso de usuários/administrados. A incorporação da Internet ao ambiente de arquivo representou uma oportunidade de serviço

por meio da abertura via correio eletrônico e da criação de sites web estáticos. Na comunidade profissional internacional, emergiu uma reflexão coletiva sobre as consequências do novo modelo de trabalho, que gerou mudanças significativas. Entre essas mudanças, destacam-se: A substancialidade do objeto; A narrativa da sua organização e representação; A mudança de enfoque nas funções tradicionais; A normalização de processos; A criação de novos modelos de serviço para atender a uma ampla variedade de necessidades dos usuários.

Dessa maneira, foi se expandindo o conceito de pós-arquivística (objeto intangível, armazenamento digital, informação documentada, metanarrativa e formato eletrônico) em oposição à arquivística tradicional (objeto tangível, armazenamento físico e formas/formatos controlados). A comunidade de usuários começou a identificar o potencial da rede Internet, derrubando os sólidos muros dos arquivos em prol de um serviço glocal (local e global). No entanto, embora as mudanças no objeto, no seu contexto, nos processos e nas necessidades de serviço fossem claramente reconhecíveis, o *modus operandi*, como apontou acertadamente Bustos Pretel (2020), permaneceu semelhante ao que já era adotado. Isso porque o documento digitalizado ou gerado eletronicamente acabava sendo transformado em uma imagem Tiff ou PDF, formatos que reproduziam o trabalho tradicional de arquivamento. Ou seja, o arquivista dispunha de documentos eletrônicos que eram convertidos em papel ou em formatos de imagem, sendo processados/servidos com, e muitas vezes a partir de, uma mentalidade de trabalho similar à aplicada em documentos textuais. Os constantes e rápidos avanços em *hardware*, *software* e ambientes de rede não foram acompanhados por novas competências profissionais. O profissional, embora consciente das mudanças, passou a demandar formação especializada para atuar nesses novos ambientes de trabalho.

No início do século XXI, conceitos como comércio eletrônico, administração eletrônica, cidadania digital, interoperabilidade, segurança e qualidade de dados, documentos e informações facilitaram a convivência do digital — derivado de um processo de digitalização — com o eletrônico, ou seja, documentos nascidos digitais. Essa convivência exige garantias que permitam administrações interoperáveis (objetos normalizados

para uso em/dentre diferentes administrações), com objetos de qualidade e ambientes tecnológicos que proporcionem segurança suficiente frente aos inúmeros riscos que tanto os objetos quanto os ambientes tecnológicos apresentam. Surgiu e se difundiu internacionalmente a normalização da gestão de documentos (normas ISO). Em cada país, foram aprovados novos códigos legais para o arquivamento (regulamentos e legislações onde os conceitos de eletrônico, digital e serviço eletrônico ou digital são regulamentados em seus artigos). Também foram acordadas normas técnicas com força de lei (relativas à interoperabilidade e segurança); emergiram normas para descrever o documento, seu contexto (metanarrativa) e para regular as funções a serem realizadas e já realizadas em um ambiente digital. Além disso, novos modelos de armazenamento foram introduzidos, acompanhados por demandas de serviço e disseminação de informações/documentos sob medida.

Dos suportes tradicionais, evoluiu-se para uma categoria de documentos de enorme complexidade, cuja metamorfose os transforma em um magma líquido, um objeto de uso, reutilização, exclusão ou nova criação (*The archive in times liquid*). Contudo, em todos eles, identifica-se um denominador comum: a necessidade de aprofundar o entendimento sobre todo o seu ciclo de vida, desde a criação, captura, gestão, armazenamento até sua eliminação ou preservação ao longo do tempo, acesso, uso e reutilização. É evidente a necessidade de aplicar um controle sobre esses documentos para verificar sua autenticidade, integridade, confiabilidade e usabilidade. Torna-se ainda mais clara a necessidade de fornecer informações documentadas que sejam de qualidade, verdadeiras, completas, disponíveis e seguras.

O peso da disciplina, fundamentada no respeito à proveniência e à ordem original e que reconhecia três idades, desloca-se para a gestão normalizada de sistemas de gestão de documentos eletrônicos. Isso valoriza a continuidade digital dos ativos de dados e documentos, identificando e controlando os contextos produtivos, de gestão, armazenamento e representação (repositórios, arquivamento web, arquivamento em computação na nuvem, formatos de armazenamento e formatos de *e-discovery*), preservação, uso e reutilização ao longo do tempo, tanto de dados quanto

de documentos. Além disso, busca-se aprimorar a qualidade de ambos, garantindo portabilidade, interoperabilidade, segurança, integridade, autenticidade, confiabilidade e acessibilidade (no sentido mais amplo do termo: identificável, localizável, acessível, inteligível e utilizável). Dados e documentos não apenas “dançam” em um ciclo de vida “desfocado”, mas seu movimento é autenticado pelo serviço multicanal que, deles próprios, administradores e usuários realizam. Isso transforma o arquivo e o arquivista, respectivamente, em um espaço e em um profissional que atestam a legalidade e a qualidade de dados e documentos, algo imprescindível em um universo de desinformação que molda uma sociedade (des)informada sob o conceito produtivo conhecido como transformação digital.

Além disso, a cidadania digital, que consome diariamente uma média de 18 horas e 14 minutos de informações digitais¹, não está disposta a abrir mão das vantagens de acessar informações a partir de uma perspectiva GLAM (Galerias, Bibliotecas, Arquivos e Museus). Esse ponto de vista permite que os horizontes informativos sejam ampliados a partir de múltiplas posições, já que a mente digital dessa cidadania é poliédrica e não mais se ajusta ao modelo bidimensional de documentos ou imagens tradicionais. Suas necessidades informativas passam a ser delineadas sob múltiplas perspectivas e abrangem todo tipo de informações úteis para a vida: lazer, turismo, saúde, moradia, família, educação, viagens e trabalho. Essa cidadania, acostumada à instantaneidade, exigirá serviços e atendimentos bem informados, com dados e informações abertas e interligadas, disponíveis no formato 24/7-365 (24 horas por dia, 7 dias por semana, durante os 365 dias do ano).

Steve Bailey (2008) estabelece três paradigmas sobre a evolução da gestão de documentos, remontando aos anos 1980 até 2008. Ele identifica dois paradigmas no último quarto do século XX, marcados pela automação de escritórios (paradigma I) e pela aparição da Internet na década de 1990 como meio de comunicação (paradigma II). Nessa época, a produção dos objetos arquivísticos era realizada com uma mentalidade tradicional, enquanto as funções começavam a ser automatizadas. Ademais, Bailey

¹ Digital 2023 Global Overview Report (January 2023) v01. Disponível em: <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2023-global-overview-report-summary-version-january-2023-v01>

identifica um terceiro paradigma no início do século XXI, em que o leque de modalidades de serviço se amplia com o uso de redes sociais, ferramentas de sindicância e notificação, tecnologias colaborativas e outros meios multicanais baseados na Web 2.0 e Web 3.0 (paradigma III).

Moro-Cabero (2021), seguindo a lógica de Bailey, incorpora um novo paradigma para a gestão de dados e documentos, mediado pela ampliação das categorias de documentos, pela normalização da produção, captura, gestão, armazenamento, preservação ao longo do tempo e disponibilização para o acesso, uso e reutilização da informação. Esse paradigma é modelado por uma administração tecnicamente normalizada em termos de portabilidade, interoperabilidade, segurança, abertura e transparência; em suma, em sua governança. É um paradigma no qual se desenvolvem novos modelos de armazenamento, novos modelos de descrição, organização e representação de dados, sejam eles interligados ou não. Também surge uma nova composição de metalinguagens que respondem às necessidades de comunidades de usuários previamente identificadas, onde os limites multidisciplinares se dissolvem diante de uma nova concepção de arquivo. Este último deve manter um diálogo direto com a cidadania, para que, por meio da oferta de um serviço multicanal, a população reconheça e testemunhe sua função como garantidor de dados e informações de qualidade.

No Quadro 1, são apresentadas as características inovadoras deste paradigma, considerando os elementos apontados por Baily para comparação.

Quadro 1 - Principais características do Arquivo atual: paradigma IV

Elementos de comparação	Paradigma IV
Alcance tecnológico sobre as atividades de negócio	Produção, comunicação e reutilização Web 4.0: interação entre administradores/usuários em ambiente aberto. Criação, captura, gestão e disponibilidade de dados, informações e documentos em ambiente de nuvem distribuída. Interação digital nos negócios: contratos digitais. Armazenamento em “não-lugares”. Antropoceno. Sustentabilidade. Sociedade digital.
Data	S. XXI: 2010 em diante.

Elementos de comparação	Paradigma IV
Arquivo	Arquivo virtual ou digital. Arquivo vazio. Serviços digitais por padrão. Gestão integrada do Arquivo (Trajetória Década Digital 2030). Ambientes de trabalho fluidos e híbridos. Arquivo aberto e reutilizável. Descobrimto de contêiner e conteúdos.
Objeto de trabajo	Documento fluido autorizado. Dados, informações documentadas. Diversidade de categorias de conteúdos documentais reconhecidos ou não. Documento elaborado por meio de técnica <i>blockchain</i> . Não há interação homem-máquina. Suportes não extraíveis ou virtuais.
Normalização	Normalização de segurança, portabilidade e interoperabilidade, armazenamento distribuído, uso e reutilização da informação em aberto. Novos modelos conceituais normalizados, de taxonomias e ontologias para a web semântica (RiC-CM; RiC-O). Consolidação da normalização da gestão de documentos.
Serviços ao usuário	Sedes eletrônicas. Portais de transparência. Portais de dados abertos. Acesso ao próprio documento, com opções de reutilização. Serviço via móvel e redes sociais. Disposição semântica da informação: disponibilidade da informação/documento juntamente com outros objetos de outra origem (portais de arquivos como Europeana ou PAE - Portal de Arquivos Europeus). Serviços sob medida e sob demanda.
Fundamentos e métodos	Arquivologia integrada baseada no ciclo de vida. Arquivologia computacional baseada na disponibilidade e reutilização do recurso. Arquivologia da interoperabilidade, segurança e confiabilidade de arquivos e informações contidas no objeto de dados e nos repositórios. Preservação do documento magmático com armazenamentos distribuídos.
Modelos	Pós-custódia plena, preditiva e multidimensional, orientada à usabilidade da informação, ao asseguramento da governança e à memória cultural e social, identitária e inclusiva. Arquivo antropocêntrico.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Estabelecido um contexto justificativo do tema de estudo, passamos a questionar e estabelecer os objetivos deste estudo.

2. QUESTIONAMENTO E FORMULAÇÃO DE OBJETIVOS

Observa-se que as capacidades digitais são essenciais na atividade cotidiana, tanto para a realização pessoal quanto profissional. Por conseguinte, entende-se que os nossos governos, interessados no comércio e nas administrações eletrônicas, trabalham para o desenvolvimento de habilidades digitais na cidadania, sejam elas transversais (Espanha, Eixo 1) ou específicas, para facilitar o desenvolvimento profissional (como os Eixos 2 a 5 na Espanha). Neste ensaio, diante da justificativa anterior, constatamos o problema do desconhecimento sobre a formação curricular para o arquivamento eletrônico.

As mudanças ocorridas nos últimos 40 anos foram de tal magnitude que o incrível e enorme esforço realizado pelos arquivistas não foi acompanhado, com a mesma velocidade, pela formação regulamentada disponível na Espanha e na Europa. Por essa razão, estabelece-se o seguinte questionamento: Qual é a resposta apresentada para e a partir do espaço europeu em relação à formação curricular do arquivista diante dos novos contextos de trabalho do século XXI?

Para responder a essa questão, formulamos quatro objetivos:

Objetivo 1: Definir o conceito de competência digital a partir de uma abordagem holística.

Objetivo 2: Identificar e comparar os marcos de competências existentes para a profissão no espaço europeu. Trata-se de verificar e analisar a existência de diretrizes e marcos de competências disponíveis.

Objetivo 3: Analisar as ações realizadas para promover um marco curricular formativo para pós-graduação no espaço da UE, com o objetivo de delimitar seu enfoque.

Objetivo 4: Estudar a viabilidade das propostas e, se for o caso, a operacionalidade de realizar um plano de estudos para verificar sua validade.

3. METODOLOGIA, RESULTADOS ESPERADOS E ESTRUTURA DO ENSAIO

Para responder ao problema e alcançar os objetivos, aplica-se uma metodologia de natureza descritiva e analítica, baseada na consulta de fontes primárias (marcos de competências, agendas, planos, relatórios e normativas, sejam governamentais ou de associações e organizações da profissão) e estudos de especialistas na área (manuais, publicações seriadas e atas de congressos).

Os resultados esperados são os seguintes:

1. Retrospectiva das mudanças na profissão.
2. Conceituação holística de competência e competência digital, bem como de perfil profissional e marco de competências.
3. Identificação e análise das principais diretrizes e marcos de competências no espaço europeu de educação, com comparativo de conteúdos para destacar os modelos existentes.
4. Descrição das ações realizadas pela DG *Connect* da Comissão Europeia por meio do grupo E-ARK.
5. Detalhamento descritivo da viabilidade elaborado por especialistas docentes da Universidade de Salamanca, Espanha, para a implementação de um plano de estudos curriculares para arquivamento eletrônico.

O ensaio está estruturado da seguinte forma: realizada uma retrospectiva sobre as principais mudanças experimentadas na disciplina Arquivologia, útil para justificar o estudo (seção 1), o problema é defini-

do e os objetivos são formulados (seção 2), seguida da metodologia e dos resultados esperados (seção 3). Em seguida, analisa-se a complexidade do conceito de competência, bem como alguns dos principais marcos de competências existentes no espaço europeu (seção 4), para então examinar, na quinta seção, as ações promovidas pela Comissão Europeia e sua DG *Connect/E-ARK*. Por fim, apresenta-se o estudo de viabilidade elaborado na Universidade de Salamanca (seção 6) e estabelecem-se as principais conclusões.

4. COMPETÊNCIA DIGITAL E MARCOS DE COMPETÊNCIA

Nesta seção, aborda-se a complexidade do conceito de competência e define-se a competência digital. Além disso, identificam-se e analisam-se os marcos de competência existentes no espaço europeu utilizados na profissão.

4.1 CONCEITOS DE COMPETENCIA E COMPETENCIA DIGITAL

O conceito de competência é holístico, conforme observado nas propostas definidoras.

Em primeiro lugar, o guia EURBICA (Aneca, 2011, p. 37) a define como: “combinação de conhecimentos, capacidades e atitudes que um arquivista precisa para alcançar um nível reconhecido de desempenho profissional”. Ademais, o resultado (desempenho profissional) pode estar relacionado a várias competências, e estas podem ser atingidas em diferentes graus, reconhecidos como níveis de competência.

De modo semelhante, mas enfatizando a necessidade de verificação, a norma italiana UNI (2014) define competência como: “Capacidade demonstrada de utilizar conhecimentos (3.12), destrezas (3.1) e habilidades pessoais em situações de trabalho ou estudo e no desenvolvimento pro-

fissional e pessoal, podendo ser exercida com certo grau de autonomia e responsabilidade”.

O referencial francês (2016), elaborado pela *Association des Archives Françaises*, estabelece três elementos descritivos de cada competência profissional: *savoir* (conhecimento), *savoir-faire* (destreza) e *savoir-être* (responsabilidade ou atitude). Esse último conceito (*savoir-être*) gera maior divergência nas definições. No referencial francês, o termo utilizado é expressivo. Embora se empreguem conceitos semelhantes, nem todos os marcos competenciais coincidem nos elementos que integram a competência, e menos ainda nos níveis de realização dessa competência. Nesse caso, são reconhecidos cinco níveis de realização (de 0 a 4).

Para este estudo, além do guia EURBICA, utilizam-se os referenciais da Suíça, França, Itália e ARA (Reino Unido/Irlanda), como exemplos para destacar diferenças.

Quadro 2 – Detalhe descritivo de competência e níveis de realização

Estudos	Pautas EURBI- CA	Suíça	Itália	França	ARA	EQF_ MEC
Detalhe descritivo dos elementos de competência	Conhecimentos Capacidades Atitudes	Não detalha (inclui conhecimentos específicos, competência profissional e especializada).	Conhecimentos Habilidades Habilidades pessoais	Saber Saber- zer Saber-ser	Não detalha indiretamente: Conhecimento Aplicação Inovação	Conhecimentos Capacidades Responsabilidade e autonomia (habilidades pessoais, sociais e metodológicas)
Número de competências propostas	Não detalha	Não detalha o número, são numerosas as descrições	Número elevado de competências vinculadas a 29 atividades	Elevado	39	-----
Níveis de realização	8 níveis Universidade: 5 a 8	Não detalha	5 níveis: 0 a 4	5 níveis: 0 a 4.	5 níveis: 1 a 5	8 níveis. Universidade: 5 a 8

Fonte: Elaboração própria (2024).

O conceito de competência é contextualizado em relação ao número de competências propostas, assim como em relação à sua orientação, seja em termos de vinculação aos resultados ou à avaliação. Da mesma maneira,

considerando sua delimitação quanto ao grau de aquisição, é complexo, holístico e nem sempre coincidente nos diferentes marcos competenciais, objeto de análise deste ensaio. No entanto, para boa parte deles, reconhece-se como componentes os elementos que a seguir são enunciados:

a) Conhecimento: a norma UNE-EN16234-1 (2021) define-o no seu glossário (entrada 3.6) como “acervo de fatos que podem ser utilizados em um campo de trabalho ou estudo”. A meu ver, inclui a capacidade de aprendizagem, assim como a oportunidade de utilizar essa aprendizagem (*Know-Why; Know-That*). Ou seja, responde a perguntas como: o que sei em um contexto determinado, o que devo aprender atendendo a contextos e circunstâncias, por que e para que devo conhecê-lo. Está relacionado com teorias, princípios, fundamentos, práticas, legislações do âmbito profissional, o próprio campo profissional, entre outros conteúdos.

b) Habilidades-capacidades: a norma UNE-EN16234-1:2021 define habilidade como a “aptidão para desenvolver tarefas de gestão técnica”. Trata-se de aprender a fazer ou como fazer (*Know-how*). Este elemento inclui o conhecimento cognitivo, que exige certa lógica intuitiva e pensamento criativo, e no qual se identifica, seleciona e propõe, além do conhecimento aplicado, ou seja, o de dispor de habilidades ou capacidades para aplicar a teoria, conhecer métodos, materiais e ferramentas e saber como aplicá-los, até chegar à resolução de problemas ou desenvolvimento de situações.

c) O terceiro elemento é definido na França como “*savoir-être*”, sendo frequentemente conhecido como competência transversal, habilidade pessoal ou social, competência especializada, responsabilidade e autonomia ou até mesmo como atitude. Este elemento deve ser percebido como a atitude humana ou o comportamento subsequente para integrar de maneira bem-sucedida o conhecimento e as habilidades em um contexto de trabalho determinado. Ou seja, diante de uma situação dada, uma pessoa dispõe de conhecimento e habilidades e deve integrá-los adequadamente.

A figura expressa o conceito de competência no Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). Nessa linha, todas as competências para qualquer ocupação ou perfil ocupacional devem ser definidas, com seus graus de realização, considerando seus elementos integrantes:

Figura 1 - Abordagem holística da competência



Fonte: Elaboração própria (2024).

A competência deve ser compreendida a partir de uma abordagem holística onde interagem de forma poliédrica fatores profissionais, formativos e socioeconômicos. Visualiza-se, neste enfoque, sociedade-cidadania, formação-academia e profissão. Na figura, estão incluídos 3 elementos componentes em um marco de competências, necessários para aplicar no modelamento de perfis profissionais, considerando o tipo de perfil profissional e as funções ou atividades profissionais que devem ser identificadas para os postos de trabalho, atendendo ao perfil profissional e às atividades vinculadas a ele.

Por outro lado, o grau de desenvolvimento da competência é conhecido como nível de competência. É óbvio que uma competência pode exigir determinado grau de conhecimento em relação a habilidades cognitivas e aplicadas, assim como determinadas habilidades pessoais ou de atitude, compromisso ou autonomia. Perfis profissionais e atividades vinculadas aos mesmos exigirão um grau de realização de competência diferenciado,

no qual o nível de desenvolvimento de seus componentes será igualmente variável. Até mesmo alguns dos elementos de competência podem estar ausentes. Por exemplo, um nível básico pode exigir determinado nível de realização de conhecimento adquirido (conhecimento de uma lei, de um conjunto de requisitos, etc.) e não exigir, sobre esse conhecimento, a capacidade de aplicação (aplicar a lei, selecionar os requisitos mais adequados para consideração).

Baldomero Martínez (2022, p. 11) aponta que o conceito de **competência digital** “trata das habilidades que uma pessoa precisa para se orientar, aprender e trabalhar em uma sociedade digital”. Essa definição, que observamos ser geral, pode ser útil tanto para aplicar à cidadania, competências digitais cidadãs, quanto a um profissional. A norma UNE-EN 16234-1:2021, que regula um marco de competências para o ambiente especializado em TIC, inclui em seu glossário o conceito de competência (3.5), definido como “capacidade demonstrada de aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes para obter resultados favoráveis”; do mesmo modo, define os elementos mencionados de conhecimento (entrada 3.6), habilidades (3.7) e atitude (3.8).

Considerando as definições anteriores, o profissional de arquivo em um ambiente de trabalho eletrônico ou de arquivamento eletrônico deve dispor de conhecimentos, habilidades-capacidades e habilidades pessoais/sociais para trabalhar com arquivamento digital, em um arquivo/organização que deve ser administrado(a) de acordo com os princípios FAIR, e cujo objeto informativo documental é nativo digital ou digitalizado e com uma finalidade de serviço digital multicanal, aberto, acessível e reutilizável para a cidadania e para o administrado digital. Em suma, o profissional deve ser alfabetizado digitalmente para:

- a) Administrar sistemas de informação, unidades de informação ou serviços digitais abertos;
- b) Processar dados/documentos desde sua produção até seu descarte, modificação ou preservação permanente de maneira segura, portátil e interoperável em um ambiente de trabalho digital;

- c) Comunicar e fornecer informações, dados e documentos de qualidade para as administrações e para a cidadania digital, as quais utilizam meios digitais, por meio de meios telemáticos;
- d) Inovar, criar, colaborar em redes, organizações e de maneira colaborativa, incluindo os espaços digitais (ambiente de nuvem, ambientes de sindicatos de redes sociais, ambiente móvel, Tablet, etc.).

Essas funções do profissional devem ser compatíveis com os objetivos da Agenda Digital Europeia e de sua Década Digital 2030. Assim, os planos de digitalização para a transformação digital valorizam:

1. Serviços digitais acessíveis, seguros, confiáveis, eficientes, inclusivos e proativos. Prioriza-se a qualidade e a melhoria nos processos e a proatividade nos serviços.
2. Uma Administração Pública – o que também se aplica à privada – orientada por dados para gerar políticas mais precisas, o que se categoriza sob o datacentrismo.
3. Uma democratização do acesso às tecnologias emergentes, o que implica dar ênfase ao e-descobrimento. Ou seja, trabalhar a partir de uma abordagem multicanal e de multidiversidade de informações acessíveis, disponíveis, utilizáveis e reutilizáveis.

Em toda a UE, a Agenda Digital 2030 marca uma trajetória expansiva de transformação digital, utilizando múltiplos indicadores. No caso da Espanha, o relatório sobre o estado da Década Digital (2024) a coloca muito avançada em serviços públicos digitais (84,2%, contra a média da UE: 79,4%), em registros de saúde (84,6%, contra a média da UE: 79,1%), em análise de dados (38,2%, contra a média da UE: 33,2%), em competências digitais (66,2%, contra a média da UE: 55,6%), etc. O índice DESI de 2022 a coloca em 7º lugar entre os países da UE, considerando indicadores como competências digitais básicas, conectividade, serviços públicos e comércio digital.

A Década Digital 2030 pressupõe taxas de conquista sobre 100% muito elevadas no espaço europeu. De fato, já são diversos os países da União que se destacam na conquista dos objetivos dessa Agenda. Por essa razão, é necessário que o profissional de arquivos seja alfabetizado digitalmente. Veremos no próximo subcapítulo os avanços a esse respeito.

4.2 MARCOS COMPETENCIAS PARA A PROFISSÃO NO ESPAÇO EUROPEU

Em 2006, o NARA, juntamente com a Associação de Arquivistas Americanos, realizou seminários sobre as competências para a era digital em Washington (Weinstein, 2006). No mesmo ano, em 2006, na 7ª Conferência Europeia realizada em Varsóvia, foi acordado iniciar um projeto conjunto entre o EURBICA e a seção de Associações Profissionais do ICA, visando o futuro profissional do Arquivista na Europa, cujo resultado foi apresentado em 2011 por meio de um manual-guia editado para facilitar às associações profissionais a elaboração de competências e perfis competenciais. No primeiro capítulo, são apresentadas as razões e os benefícios do uso de um marco de competências; o segundo capítulo é destinado à definição de perfis profissionais, enquanto o terceiro foca no perfil competencial para tais perfis profissionais. Finalmente, o quarto capítulo aborda a aquisição competencial por meio de modelos formativos e, logicamente, o quinto detalha a avaliação do grau de aquisição competencial.

Esta guia, em teoria, facilita o desenvolvimento de um referencial ou marco de perfis competenciais e sua influência é demonstrada nos marcos competenciais analisados neste ensaio.

Como vemos na seguinte figura, perfil profissional, perfil competencial, formação para perfis/profissionais-competenciais e avaliação do grau de alcance de resultados competenciais seriam a proposta de roteiro específico para a profissão de arquivista.

Figura 2 - Roteiro da Guia para a elaboração de um marco



Fonte: Elaboração própria (2024).

Como observaremos nos marcos de competências analisados como exemplo, torna-se necessário definir o perfil profissional, já que este é a base para o perfil de competências, conforme indicado na referida guia. Nesse perfil, detalham-se as atividades e tarefas, bem como as responsabilidades que definem a profissão. A VSA-AAS, na Suíça, aponta como objetivo do perfil profissional “estabelecer uma lista de atividades efetivas em um serviço de arquivo” (VSA-AAS, 2012, p. 3). O perfil de competências deve estar alinhado a esses perfis profissionais, considerando seu alcance e os resultados competenciais. A norma italiana parte da missão do arquivo para definir funções e atividades sobre as quais especificar os componentes da competência, que denomina conhecimento, habilidades e competências.

Um marco ou repertório de competências é definido pelos arquivistas franceses (AAF, 2016) como: uma lista de funções e competências de uma organização ou grupo de organizações, que serve para gerir as competências. Considerando os postos de trabalho, bem como as funções e atividades desenvolvidas em uma organização, detalha-se um nível de competências diferenciado, levando em conta os níveis educacionais-profissionais (desde pessoal de *staff*, técnico, especialista, até níveis mais ou menos avançados). Por conseguinte, relacionam-se perfil/postos de trabalho, tarefas vinculadas a esses perfis/postos e competências; e, considerando a categoria do posto de trabalho, especificam-se níveis de alcance competencial.

A Guia EURBICA para o estabelecimento de um marco de competências para arquivos especifica níveis de responsabilidade e competência, diferenciando entre básico, intermediário e avançado, além de combiná-los com o enfoque operacional, tático e estratégico.

Entre os marcos profissionais desenvolvidos no espaço europeu para arquivistas, foram selecionados os seguintes: Suíça (VSA-AAS, 2012); Itália (UNI, 2014); França (AAF, 2016); Irlanda-Reino Unido (ARA, 2017, em revisão) e; DigCurv, promovido pela Comissão Europeia para a preservação digital, embora este tenha uma orientação mais específica e não generalista.

No quadro a seguir, é apresentado o reconhecimento dos perfis e os principais conteúdos organizacionais para os marcos analisados.

Quadro 3 - Análise de perfis e conteúdos organizacionais para um marco de competências

Estudos	Perfil profissional	Conteúdos organizacionais	Observações
Pautas Eurpica	Básico, Intermediário Intermediário e avançado		
Suíça	Não detalha	Gestão Documental (GD) e coleta Tratamento Conservação Comunicação/mediação Gestão de um serviço de Arquivo Redes	Baseia-se no ciclo de vida documental, nas funções arquivísticas básicas — tratar, conservar e servir —, bem como na gestão administrativa do Arquivo como unidade de informação. Inclui a dimensão colaborativa.
Itália	Não detalha	Missão, 10 funções, 29 atividades	Baseia-se em 3 eixos da missão, com 10 funções relacionadas à gestão do ciclo de vida dos documentos, comunicação do serviço e administração da unidade informativa.
França	Não detalha. Presupõe postos de trabalho.	Gestão de documentação ativa Classificação e descrição Conservação Comunicação-Valorização Gestão do serviço de arquivos	Baseia-se no arquivamento de escritório e nas funções clássicas de arquivo: coleta, organização, descrição, conservação e comunicação. Inclui a gestão da unidade informacional.

Estudos	Perfil profissional	Conteúdos organizacionais	Observações
ARA	Não específica: [sensibilização- conhecimento/ operacional- tático/ estratégico]	Organizacional Processos Usuários e partes interessadas	Baseia-se na função administrativa da unidade, na gestão dos processos e no atendimento aos usuários.
Digcurv	Executivo Gerente operacional Pessoal técnico	Curadoria de conteúdos	Baseia-se em 4 subdomínios e desenvolve entre 55 e 69 competências.

Fonte: Elaboração própria (2024).

No espaço europeu, são identificados diferentes marcos competenciais. O mais conhecido é o ESCO V.1.2 (*European Skills, Competences and Occupations*)², que é a classificação europeia multilíngue de habilidades, competências e ocupações. Ela inclui 3.039 competências e 13.939 qualificações, sendo traduzida para 28 idiomas. A paternidade do ESCO pertence à Comissão Europeia, que é gerida pela Direção Geral de Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (DG EMPL). Trata-se de uma classificação multilíngue disponível em um portal online de consulta gratuita, cuja primeira versão data de 2017, facilitando o intercâmbio profissional na UE. No ESCO, para o âmbito profissional, são identificados os perfis profissionais de Direção de Arquivos (código 13493), Arquivista (código 2621) e Administrativo (código 4415). Este último corresponde ao trabalho de gestão e informação documental em uma administração, enquanto o arquivista inclui competências mais amplas, entre as quais se destaca o arquivamento digital ou a gestão de arquivos digitais. Essa última competência (gestão de arquivos digitais) é definida no ESCO como “criar e manter arquivos informáticos e bases de dados, incorporando os últimos avanços no armazenamento eletrônico de informações”.

Na Espanha, o Catálogo Nacional de Ocupações (CNO) reconhece esses três perfis profissionais, identificando a direção de arquivo com o Grupo A, o arquivista com os Grupos A, B e C/D para o técnico superior,

² ESCO Disponível em: <https://esco.ec.europa.eu/es/about-esco/what-esco>

técnico médio e auxiliar de arquivo, respectivamente. Neste marco, o arquivamento digital também está registrado.

Além desses marcos ocupacionais, que registram competências, qualificações e conhecimentos básicos, existem também marcos competenciais para o ambiente digital com duas orientações: 1- Orientação competencial digital para a cidadania e 2- Orientação competencial para o especialista.

O marco competencial específico para a cidadania é identificado como DigCom 2.1 (2017), onde são registradas 5 áreas principais com 21 competências e 8 níveis de aptidão, que variam de básico (níveis 1 e 2), intermediário (níveis 3 e 4), avançado (níveis 5 e 6) a altamente especializado (níveis 7 e 8). Esses níveis correspondem a domínios cognitivos como lembrar, compreender, aplicar, avaliar e criar, bem como a autonomia em diferentes gradientes, como descrito na figura:

Figura 3 - Marco DigCom, detalhe descritivo para competências da cidadania

ÁREA COMPETENCIAL	COMPETENCIA	NIVELES DE APTITUD	N	Complejidad tarea	Autonomía	Dominio cognitivo	
1. Información y alfabetización de datos	1. Navegar, buscar y filtrar información 2. Evaluar la información 3. Almacenar y respaldar la información	1	1	Tarea simple	Con guía	Recuerda	
				2	Item	Autónomo con guía en algunos pasos	Recuerda
2. Comunicación y colaboración	4. Interactuar a través de las tecnologías 5. Intercambiar información y contenidos 6. Participar en la ciudadanía digital 7. Colaborar a través de canales digitales 8. Etiquetar electrónica 9. Gestionar la identidad digital	2	3	Tarea rutinaria bien definida en problemas	Autónomo	Comprende	
				4	Tareas y problemas no rutinarios	Independiente de acuerdo a necesidades	Comprende
				5	Diferencia tareas y problemas	Guía a otros	Aplica
3. Creación de contenidos digitales	10. Desarrollar contenidos 11. Usar y reusar contenidos 12. Copyright y licencias 13. Programar	3	4	Tarea rutinaria bien definida en problemas	Autónomo	Comprende	
				5	Realiza tareas más apropiadas	Adapta y dispone para otros en sistemas compleja	Evalúa
4. Seguridad	14. Proteger dispositivos 15. Proteger datos personales 16. Proteger salud 17. Proteger el medio ambiente	4	5	Tarea rutinaria bien definida en problemas	Autónomo	Comprende	
				6	Resuelve problemas complejos con soluciones limitadas	Integrado para contribuir en prácticas profesionales y formar a otros.	Crea
5. Resolución de problemas	18. Resolver problemas técnicos 19. Identificar necesidades tecnológicas 20. Usar la tecnología de forma creativa 21. Identificar carencias de competencias digitales	5	6	Tarea rutinaria bien definida en problemas	Autónomo	Comprende	
				7	Resuelve problemas complejos con variados factores interrelacionados	Nuevas ideas	Crea
		6	7	Tarea rutinaria bien definida en problemas	Autónomo	Comprende	
				8	Resuelve problemas complejos con variados factores interrelacionados	Nuevas ideas	Crea

Fuente: Plan Nacional de Competencias Digitales

Fonte: Espanha, 2021.

Se observarmos as competências DigCom específicas de cada uma das áreas e as recriarmos no ambiente profissional, seria possível aplicá-las a perfis profissionais. Este marco foi adaptado para algumas profissões no ambiente da Saúde ou na Educação (exemplo, modelo IKANOS). Da

mesma forma, em nossa opinião, seria viável com algumas adaptações e acréscimos para o profissional de Arquivo, a fim de realizar perfis profissionais simples sobre avaliação competencial.

Na orientação para especialistas, identifica-se para o espaço europeu a norma EN 16234-Parte 1:2019. Também mencionamos o marco SFIA, que difere em sua origem.

A norma europeia EN 16234-1:2019 foi elaborada pelo CEN/CT/428 Profissionalismo das TIC e das competências digitais. Esta norma está estruturada em 4 partes: Parte 1, marco; Parte 2, guia do usuário; e Parte 3, metodologia. Estabelece-se uma Parte 4 - Estudos de caso. O marco - Parte 1 - é independente das outras partes e nele estão incluídas tabelas referenciais comparativas com outros grandes marcos ocupacionais e competenciais, como o SFIA ou marcos relacionados, como EQF, ESCO ou DigCom. Trata-se de um marco comum europeu para os profissionais das tecnologias da informação e comunicação (TIC). A Espanha adota esta norma como UNE-EN 16234-1:2021 Marco de e-competências (e-EF), sendo elaborada pelo Comitê Técnico Nacional CTN 71 Tecnologias Habilitadoras Digitais. No entanto, como aponta o presidente do Subcomitê 478 do CTN 71 (Peñarrubia, 2021), não se trata de uma norma específica para profissionais TIC, mas pode ser aplicada a outros profissionais que atuam em ambientes digitais.

Esta norma europeia identifica 5 áreas de competência: planejar (concepção, design, etc.), desenvolver (construção, implementação, etc.), operar (entrega, suporte, materiais), facilitar (criação de condições de acesso) e gerenciar (direção, garantia), e define 41 e-competências com 5 níveis de domínio (de 1 a 5), incluindo a compatibilidade com o EQF (8 níveis) e com o SFIA. Inclui os seguintes aspectos transversais significativos, como descritores adicionais complementares às competências: T1 Acessibilidade, T2 Ética, T3 Aspectos legais, T4 Privacidade, T5 Segurança, T6 Sustentabilidade e T7 Usabilidade. Todos eles, como se observa, são específicos para a profissão de e-archiving. Refletindo sobre as áreas, é tentador aplicá-las ao ambiente da profissão: planejamento de sistemas de informação/documentação, serviços, design, desenvolvimento e implementação, gestão dos recursos de suporte ou operacionais, gestão

do ciclo de vida, administração de unidades de informação, serviços ou sistemas.

O marco SFIA baseia seu conteúdo na informação. Foi adotado como marco competencial pelos arquivistas australianos e estabelece 7 níveis de domínio. Esse fato, sua adoção pelo Arquivo Nacional Australiano, com profissionais altamente destacados nos ambientes digitais, deveria ser um fator muito determinante para examinar esse marco com detalhes, assim como o marco referencial australiano da profissão. No entanto, citamos-o, embora não nos aprofundemos nele, pois nos concentramos no ambiente europeu.

5. AÇÕES DA COMISSÃO EUROPEIA

Como foi mencionado, são variadas as iniciativas de criação e normalização de marcos competenciais ou ocupacionais na UE, tanto para facilitar o intercâmbio de profissionais (ESCO), como para orientar na aquisição de competências digitais para a cidadania (DigCom), ou para o setor de profissionais TIC (EN 16234-1:2017).

O referencial DigCurv (*Digital Curator Vocational Education*), específico para a “curadoria” digital, deve-se à Comissão Europeia (CE). Não se trata de um plano de formação específico, mas de um marco referencial para 3 tipos de perfis profissionais, que surgiu promovido no Programa Leonardo da Vinci, em 2011, com 30 meses de execução para analisar, delimitar e estudar oportunidades, competências e habilidades formativas necessárias para a conservação de objetos digitais, o que permitiria o desenvolvimento de planos de estudo voltados para os conservadores desses objetos digitais a longo prazo, que são cada vez mais abundantes nas coleções digitais GLAM. Portanto, sua orientação é voltada para coleções de bibliotecas, museus, galerias, arquivos, centros e, em suma, com patrimônio histórico digital. Como indicam Molloy e Gow, da Universidade de Glasgow (Molloy; Gow, 2012), as habilidades e competências surgem da análise de taxonomias baseadas no RIN, *Research Information Network*, e das expe-

riências de grupos do Instituto de Informação e Tecnologia Avançada em Humanidades dessa Universidade (HATII).

Neste marco foram considerados 3 perfis profissionais: operário ou pessoal técnico *staff* (que exerce tarefas orientadas ao público e que necessita de algumas técnicas, de modo individual ou grupal), gestor técnico (responsável em áreas funcionais, serviços ou departamentos para garantir e desenvolver projetos com sua equipe) e executivo-diretivo (no qual se requer uma visão funcional ou de serviço, estratégica para compreender mudanças e adotar decisões diante delas). Este marco também estabelece 4 subdomínios: conhecimento, qualidades pessoais, conduta profissional e gestão de qualidade, nos quais são reconhecidas temáticas diversas (conhecimento da profissão, marco legal e normativo, ética, princípios e políticas, avaliação e seleção, estratégia de avaliação, habilidade em informação, habilidade em dados, gestão de recursos, gestão de riscos, auditoria e certificação, responsabilidade perante a mudança, integridade, comunicação e sensibilização) e são determinadas competências para cada perfil que variam de 55 no perfil médio a 69 no superior e 59 no inferior. Essas competências começam com verbos como: está ciente de, compreende, conhece, entende, é capaz de. Oferece, além disso, exemplos de conteúdo para cada temática, considerando o subdomínio e o perfil. Parte superior do formulário

Nessa linha, a DGConnect da CE se propôs a criar um modelo de currículo para o e-archiving, aplicável no Espaço Europeu de Educação Superior. A proposta está sendo desenvolvida como serviço pelo e-ARK e seu resultado é registrado no RELATÓRIO e-ARK D-CB3 *e-Archiving Course Curriculum* (primeira versão) V.1. 2023 (Komisnski *et al.*, 2023).

Constatando que na formação oficial universitária existe um nível formativo de Graduação em Informação e Documentação, que varia de acordo com a área científica, denominação, estrutura e nível formativo, no espaço europeu, pretende-se criar uma proposta de conteúdos curriculares mínimos a ser desenvolvida em pós-graduação. Esta proposta foi desenvolvida pelo e-ARK.

Os objetivos são os seguintes:

- a) Criar um conteúdo curricular mínimo para o espaço europeu;
- b) Validar a efetividade da proposta em uma universidade no nível de pós-graduação e;
- c) Avaliar os resultados e estabelecer o conteúdo curricular como modelo de conteúdos mínimos.

O projeto foi realizado por meio do análise da viabilidade para o estudo, baseado nos planos de estudo de pós-graduação, em uma entrevista com especialistas e em um questionário online para que os profissionais expressassem suas opiniões a respeito, com base em suas experiências.

A coleta de dados dos estudos existentes é fundamentada na fonte elaborada pelo INESC-ID (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores – Pesquisa e Desenvolvimento em Lisboa, Portugal), que criou um mapa de estudos onde são oferecidos conteúdos digitais para identificar existentes e lacunas. Trata-se de 89 instituições com pós-graduação e que contêm 213 cursos de *e-archiving*, nos 27 países analisados. Observa-se um baixo peso na estrutura modular dos pós-graduandos, sendo, em alguns casos, um módulo, sendo oferecidos predominantemente nos seguintes idiomas: inglês, francês, alemão ou italiano. Além disso, foram realizadas entrevistas com especialistas, como Jhon Sheridam, do Arquivo Nacional do Reino Unido, com uma equipe de mais de 50 profissionais. Também, a partir da entrevista com especialistas, foi elaborado um questionário online com 15 perguntas semi-estruturadas, cujas respostas vieram de 156 instituições. O questionário foi distribuído em seminários, *webinars* e outros eventos da profissão.

No referido Relatório, foram registradas 3 orientações profissionais: sensibilização (conscientizar e compreender), profissional (aplicar e analisar) e de especialista (criar e avaliar), com o número de créditos variando entre 3 a 5 para a primeira orientação e mais de 15 para a última. Propõe-se uma estrutura modular de 6 semestres com as habilidades essenciais (obrigatórias) em: 1- Princípios de gestão da informação; 2- Cumprimento da legislação e normativas; 3- Métodos e suportes de armazenamento de

dados; 4- Codificação; 5- Métodos de preservação; 6- Segurança da informação e; 7- Gestão do acesso.

Também foram identificadas as seguintes habilidades básicas para um ambiente de nuvem, agrupadas em categorias, conforme registrado no Quadro 4:

Quadro 4 – Competências agrupadas em categorias para um ambiente de nuvem

Categorías	Relación de competencias	Peso
Comunicación	Comunicación eficaz, Negociación, Persuasión, Redacción de casos empresariales, Redacción, Consultoría	11
Gestión	Gestión de proyectos -generales e informáticos-, Colaboración interdisciplinar y multidisciplinar, Gestión estratégica	8
Cognitivas	Sentido común, Pensamiento analítico y lateral, agilidad y Visiones e ideas.	7
Conocimiento tecnológico	Análisis de datos, Conocimiento de la tecnología (y aplicaciones, CSIP, Selecciones, Conocimiento de los datos).	7
Gobernanza, Financiación y ética	Gobernanza de datos, GDPR, Presupuestos y finanzas, Ética	7

Fonte: Informe e-ARK (2023)

A partir dessas habilidades identificadas, serão fornecidos conteúdos temáticos básicos, a título de exemplo, orientadores para a criação de um plano de estudos. Considera-se a opção de estabelecer conteúdos mínimos como obrigatórios e opcionais. Esta tarefa de estabelecer conteúdos encontra-se em fase de desenvolvimento.

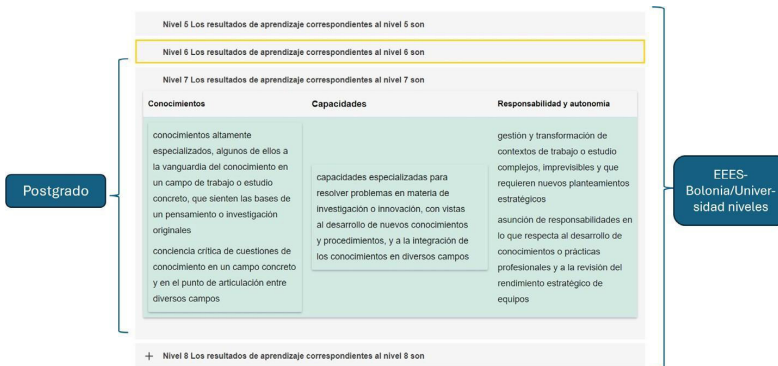
Em seguida, é fornecida informação sobre a resposta colaborativa realizada na Universidade de Salamanca (Espanha) sobre a viabilidade de desenvolver uma pós-graduação em *e-archiving*.

6. A UNIVERSIDADE DE SALAMANCA DIANTE DA DANÇA DA MUDANÇA

No currículo educacional formal, a universidade espanhola segue os resultados de aprendizagem por níveis para seus cursos, conforme o quadro de qualificações acordado no EEES (Espaço Europeu de Educação Superior). Nesse quadro, foram estabelecidos 8 níveis de resultados de aprendizagem, dos quais 4 fazem parte do modelo educacional de Bolonha, abrangendo os níveis 5 a 8. Os dois primeiros níveis estão vinculados a diplomas de primeiro ciclo, o nível 8 a títulos de doutorado e o nível 7 a pós-graduações ou títulos de 2º ciclo.

Esses resultados se materializam em competências que incluem 3 categorias: conhecimentos, capacidades e responsabilidade e autonomia. A seguir, é apresentado o detalhamento descritivo dessas categorias para o pós-graduação vinculado ao nível 7 do MEC.

Figura 4 - Resultados de aprendizagem EQF



Resultados de aprendizaje EQF. Compatibilidades con los niveles de aprendizaje MEC

Fonte: MECES (2024).

De modo semelhante, o MECES pré-Bolonha incluía para as suas pós-graduações um nível 3, dentro de 4 níveis identificados, sendo o nível

2 correspondente ao Grau. O artigo 9.3 da LOSU (2023), sobre a estrutura dos cursos universitários, especifica o seguinte:

Os estudos de Mestrado Universitário têm como objetivo a formação avançada, de caráter especializado tematicamente ou de caráter multidisciplinar ou interdisciplinar, direcionada à **especialização acadêmica ou profissional**, ou ainda voltada para a iniciação em tarefas de pesquisa.

Nesse sentido, o perfil profissional de uma proposta de curso de pós-graduação na Espanha deve ser considerado no nível de especialista, já que é definido como “formação avançada” com enfoque inter/multidisciplinar e com duas orientações claras: a profissão (requer tática e estratégia) e a pesquisa (requer capacidade cognitiva e, no mínimo, estratégia).

O grupo de pesquisa Informação, Biblioteca e Patrimônio Documental da Universidade de Salamanca tem se interessado pela proposta formativa e-ARK e está em fase de elaboração de um plano de estudos de pós-graduação para implementar o modelo de forma experimental, com o objetivo de observar sua viabilidade e verificar sua utilidade como modelo para o EEES.

O grupo realizou um projeto de inovação docente (Moro-Cabero, 2024) para estudar sua viabilidade na Universidade de Salamanca, considerando que existem pós-graduações ativas voltadas para formar especialistas de mestrado profissional em Sistemas de Informação Digital. A memória de resultados desse projeto foi apresentada em 30 de junho de 2024. Nele, é demonstrado que é viável criar um título base e é determinada a compatibilidade com determinados conteúdos que já são ministrados com uma orientação multidisciplinar e especificamente GLAM.

Algumas modificações e implementações necessárias incluem:

1. Estabelecer cursos voltados especificamente para e-Arquivo (semelhantes aos cursos oferecidos com foco GLAM).
2. Contar com especialistas experientes para alguns dos conteúdos de e-Arquivo.
3. Ampliar o número de horas dedicadas aos conteúdos informáticos e de dados.

4. Contar com especialistas em preservação digital para categorias documentais específicas, como audiovisuais, jornalísticas, do setor de saúde, entre outras.

O GIR está elaborando uma proposta de plano de estudos adaptado para pós-graduação.

7. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A proposta da Comissão Europeia de criar uma base curricular para o *e-archiving* é altamente relevante. O contexto de trabalho mudou, e os estudos existentes no EEES não se orientam para o arquivamento digital em número e importância, o que torna necessária a alfabetização profissional frente à transformação digital proposta pela Década Digital Europeia, 2030. Esta percepção coincide com o Relatório elaborado pelo e-ARK, no qual se registra a opinião dos profissionais.

O estudo demonstra que a competência é um conceito holístico, não necessariamente uniforme e frequentemente subjetivo em termos de seu alcance e elementos constituintes. A proposta oferece uma definição abrangente de competência digital, marco de competências e níveis de competência, visando garantir a compreensão adequada das dificuldades envolvidas na criação de um marco referencial.

A seleção de marcos referenciais europeus permite observar, na comparação, a diversidade de abordagens e também as analogias existentes, especialmente no que se refere à gestão do ciclo de vida do documento, comunicação e direção de unidades e serviços. A cronologia desses marcos aprofunda as lacunas existentes para o ambiente digital.

Os marcos referenciais atuais para a profissão no espaço europeu não atendem às novas necessidades formativas, o que torna necessária uma proposta comum para toda a UE.

A proposta do DigCurv, embora a mais próxima do tema, é vista como incompleta para todas as necessidades de *e-archiving*, possuindo uma orientação GLAM e específica para a “curadoria” digital. Entende-se que essa proposta é uma fonte valiosa para a nova configuração curricular, mas não a única. Além disso, os resultados das entrevistas com especialistas e questionários institucionais permitem identificar competências básicas e conteúdos temáticos. A experiência dos docentes universitários na elaboração de planos de estudo é essencial para viabilizar uma proposta de titulação bem-sucedida.

A implementação de um plano de estudos que atenda aos requisitos propostos pelo e-ARK é viável na universidade espanhola e pode resultar em um título de pós-graduação amplo na Universidade de Salamanca, onde já existe um Mestrado oficial em Sistemas de Informação Digital com orientação GLAM.

Atualmente, está sendo elaborado um plano de estudos que pode ser aprovado para pós-graduação na USAL como uma proposta experimental. A elaboração dessa proposta exige reflexão, crítica, sensibilização, esforço e um cronograma detalhado para especificar o perfil profissional, as competências a serem adquiridas e os resultados esperados. Também é necessário realizar uma análise dos recursos disponíveis e dos necessários para a implementação, bem como uma programação detalhada e um estudo de compatibilidade. Nessa linha, continuamos a trabalhar para dar continuidade a essa experiência que nos permite avançar na formação profissional. Agradecemos ao E-ARK pelo convite para colaborar em uma proposta tão notável.

REFERÊNCIAS

ANECA. **Guía de apoyo para la elaboración de la memoria de verificación de títulos universitarios oficiales:** (grado y máster). [S. l.]: ANECA, 2024. Disponível em: https://www.aneca.es/documents/20123/248598/UEEII_Guia+de+Apoyo_Verifica_Grado_Master_v3_30092024_registro.pdf/1be42462-6c1c-e509-9021-77559e87a313?t=1729087373120. Acesso em: 30 out. 2025.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. **Référentiel métiers**: la profession d'archiviste ou les métiers des archives. Paris: AAF, [2016]. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/66392-la-profession-d-archiviste-ou-les-metiers-des-archives-referentiel-metiers.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

ARCHIVES & RECORDS ASSOCIATION. **ARA's competency Framework**. 2017. Disponível em: <https://www.archives.org.uk/competency-framework>. Acesso em: 16 dez. 2024.

BAILEY, Steve. **Managing the crowd**: rethinking records management for the web 2.0 world. Londres: Facet, 2008.

BALDOMERO MARTÍNEZ, José. **Competencias digitales avanzadas**. Madrid: Ra-Ma, 2022.

BUSTOS PRETEL, Gerardo. El documento electrónico en el centro del mundo digital. *In*: BUSTOS PRETEL, Gerardo (coord.). **La gestión del documento electrónico**. 2. ed. Madrid: Wolters Kluwer, 2020. p. 45-62.

ESPAÑA. **Plan Nacional de Competencias Digitales**. [Madrid]: Gobierno de España, 2021. Disponível em: https://portal.mineco.gob.es/recursosarticulo/mineco/ministerio/ficheros/210127_plan_nacional_de_competencias_digitales.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

FLORIDI, Luciano. Una cuestión de dignidad humana. **El País**: diario nacional, Madrid, 23 dic. 2020. Opinión. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2020-12-23/una-cuestion-de-dignidad-humana.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

INFORME e-ARK. D-CB.3 eArchiving Course Curriculum (first draft) V.1 2023.

KOMISNSKI, J. *et al.* **eArchiving Course Curriculum** (First draft). Versión 1.0. D-CB3. 2023.

MOLLOY, Laura; GOW, Ann. Ahead of the CurV: digital curator vocational education. *In*: IPRESS, 9., 2012, Toronto. **Proceedings** [...]. Toronto: The Digital Humanities Institute, 2012. p. 1-4. Disponível em: https://www.academia.edu/2071397/Ahead_of_the_CurV_Digital_Curator_Vocational_Education. Acesso em: 16 dez. 2024.

MORO-CABERO, Manuela. Datos y archivos: retos para una profesión agitada por la transformación digital. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-23, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1735>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MORO-CABERO, Manuela. **Memoria de resultados del Proyecto ID2023/176**: propuesta de plan formativo para postgrado en archivo electrónico vinculado a la iniciativa curricular de e-archiving promovida por la DG Connet de la Comisión Europea y desarrollada como servicio por E-ARK. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2024.

PEÑARRUBIA, Juan Pablo. **La norma UNE-EN 16234-1 de competencias profesionales TIC, y líneas de trabajo en curso del SC 428.** *In:* ENCUESTRO UNE ESTÁNDARES Y PLAN NACIONAL DE COMPETENCIAS DIGITALES, 2021. Madrid: UNE, 2021. Disponível em: https://www.une.org/normalizacion_documentos/1%20JPPenarrubia%20COLEGIO%20INGENIEROS%20INFORMATICA.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

UNE-EN 16234-1. **Marco de e-competencias (e-CF):** marco común europeo para los profesionales de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en todos los sectores de actividad: parte 1: marco. Madrid: UNE, 2021.

UNI 11536: 2014. **Qualificazione delle professioni per il trattamento di dati e documenti:** figura professionale dell'archivista-requisiti di conoscenza, abilità e competenza. Roma: UNI, 2014.

VSA-AAS. **Les métiers des archives:** le profil professionnel des archivistes. 2012. Disponível em: <https://vsa-aas.ch/fr/profession-archiviste/#:-:text=Les%20archivistes%20traitent%20des%20informations,ils%20communiquent%20ensuite%20au%20public>. Acesso em: 16 dez. 2024.

WEINSTEIN, Allen. Closing plenary session. *In:* JOINT ANNUAL MEETING OF THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, THE COUNCIL OF STATE ARCHIVISTS, AND THE NATIONAL ASSOCIATION OF GOVERNMENT ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATORS, 2006, Washington, DC. **National Archives.** Washington, DC: The U.S. National Archives and Records Administration, 2016. Disponível em: <https://www.archives.gov/about/speeches/2006/08-05b-06.html>. Acesso em: 30 out. 2025.